

Reunião da Comissão Permanente de Memória – 26/11/2021, 15 horas.

Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, através do link <https://webapp.lifesize.com/> (reunião virtual), às quinze horas, presentes Desa. Regina Helena Ramos Reis, Presidente da Comissão, Desa. Maria da Purificação Silva, Desa. Rita de Cássia Magalhães, os servidores Mariana Andrade, assessora da Presidente, Vera Lúcia Bispo Cavalcanti e Lúcio Máximo Gonzaga de Lima Caprini, deu-se início à reunião da Comissão Permanente de Memória.

Desa Regina Helena iniciou ressaltando a situação atual do Arquivo Público da Bahia, sobre cujo prédio há notícias de que será leiloadado, pois a Bahiatursa, atual administradora do patrimônio, ofertou o prédio em penhora após perder a lide para um escritório de arquitetura. Há documentos históricos do Tribunal de Relações, primeiro das Américas, atual TJBA, naquele Arquivo Público e, também em razão disso, a Comissão Permanente de Memória manifesta sua indignação com essa situação vexatória. A Desa. Presidente afirmou que o Arquivo Público da Bahia não pode morrer, pois trata-se da memória do Brasil e do mundo.

A Desa. Maria da Purificação falou sobre uma visita ao Arquivo Público há alguns anos e ressaltou que o TJBA solicitou, à época, alguns documentos históricos que foram emprestados para serem expostos no Memorial do Fórum Ruy Barbosa. Na verdade são documentos pertencentes do nosso Tribunal que lá estão e não se tem ideia de para onde irão, caso ocorra realmente o pretenso leilão do prédio, o que causa muita preocupação. A Desa. Rita de Cássia mostrou-se apreensiva com essa situação e ressaltou que algo precisa ser feito, uma vez que é a história Bahia e do próprio Judiciário que estão em risco. A servidora Vera Lúcia também disse que documentos tão importantes não podem ser perdidos de forma alguma e que causa muita preocupação o fato de que um prédio histórico tombado esteja indo a leilão; tais documentos precisam ser levados para local adequado. A Desa. Regina Helena sugeriu que fosse emitida uma nota para ser publicada no site TJBA/Comissão de Memória demonstrando que o Tribunal de Justiça da Bahia está atento a essa situação.

Na sequência servidor Lucio Máximo fez uma exposição com base no 1º Núcleo de Estudos em História e memória (NEHM), ocorrido em 12 de março de 2021, cujo tema foi: “Gestão documental e Gestão da Memória – a Resolução CNJ 324/2020” . Apresentou-se um estudo de caso, a partir do qual a Desa. Presidente Regina Helena solicitou um resumo dos principais tópicos para serem discutidos com base nesta resolução do CNJ e também sugeriu elaborar metas para o plano de gestão de memória ainda esse ano. Sugeriu, por exemplo, convênios com Faculdades de História, museus e outras entidades afins. Ressaltou ainda a possibilidade de distinção entre a

Gestão de Memória e a Gestão Documental e a necessidade de que seja informado ao CNJ que já houve alteração do nosso Regimento Interno autorizando condições a elaboração do Plano de Gestão de Memória.

A Presidente ressaltou que o Des. Lidivaldo sugeriu a escolha do nome do Salão das Sessões do Pleno do TJ, cuja homenagem deve recair sobre Augusto Teixeira de Freitas, jurista baiano, a ser levada para submissão na próxima sessão plenária, mediante envio anterior do ofício; os membros presentes na reunião, à unanimidade, concordaram com a sugestão do nome. A servidora Mariana disse que já entrou em contato com a Secretaria Judiciária e que as placas já estão sendo confeccionadas. A Presidente disse que, embora não tenha interesse em continuar presidindo a Comissão, não pretende sair, e que espera que a equipe seja ampliada.

Desa Regina Helena requereu que os servidores façam um histórico da Comissão de Memória e também uma pesquisa com os nomes dos Desembargadores que a integraram e, se possível, viabilizar uma exposição de fotografias destes na sala da Comissão. Cogitou também uma possível fusão entre esta Comissão e a Comissão Documental, a ser discutida com o Des. Lidivaldo Reaiche. Ficou decidido que esta gestão deixará suas próprias metas para a próxima, independentemente de serem seguidas ou não, embora o ideal fosse haver uma equipe de transição desta para a próxima gestão. A servidora Mariana lembrou que haverá nova composição da Comissão, com 4 (quatro) juízes titulares e 3 (três) juízes suplentes, além dos 4 (quatro) desembargadores titulares e 3 (três) desembargadores suplentes.

Desa. Purificação sugeriu entrar em contato com o servidor Marcos Bacelar, da Comissão de Gestão Documental, para formar um grupo de trabalho para elaboração do Plano, ressaltou que a Comissão de Memória é da época do Desembargador Gérson Pereira, primeiro Presidente da Comissão, e que deve existir, na sala, material que contribua com a reconstrução da história da Comissão. Em seguida a servidora Mariana destacou a necessidade de se fazer um plano de gestão de memória, já que esse ano o TJBA deixou de apresentá-lo ao CNJ, inclusive porque houve a necessidade de apresentar proposta de emenda do Regimento Interno para atuação mais eficiente da Comissão e que agora é necessário montar uma equipe qualificada de trabalho a partir das orientações do manual elaborado pelo CNJ; sugeriu ainda a criação de um grupo de trabalho misto visando ganhar o ponto pela elaboração do manual para 2022, e que há um formulário com vários questionamentos que já foi devidamente respondido e enviado ao CNJ, não existindo cobrança daquele órgão por um plano para este ano. A Desa. Regina disse que, mesmo com esta flexibilidade, devemos traçar e apresentar, ainda este ano, metas para 2022, no que foi apoiada pelas Desas. Maria da Purificação e Rita de Cássia.

A respeito do material e documentos existentes na comarca de Rio de Contas, Desa. Regina

Helena sugeriu que o material que estiver lá no Arquivo Público deve permanecer onde se encontra até o fim da pandemia, quando poderá ocorrer uma visita técnica desta Comissão para avaliação do acervo.

Nada mais havendo a tratar, a Des. Presidente encerrou a reunião, tendo sido a presente ata lavrada por mim, Lucio Máximo Caprini, servidor da Comissão, que, depois de lida e conferida, será por todos assinada.

Desa. Regina Helena Ramos Reis – Presidente da Comissão

Desa. Maria da Purificação Silva

Desa. Rita de Cássia Magalhães

Mariana Andrade

Vera Lúcia Bispo Cavalcanti

Lúcio Máximo Gonzaga de Lima Caprini